



ÁREA DO  
**CONCURSEIRO**

# **SIMULADO DIREITO PENAL**

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

*Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!*

*Comece agora, comece pela maneira certa!*

**351) Sobre as regras do regime fechado aponte a correta**

- a) o condenado fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.
- b) o trabalho externo é inadmissível
- c) o trabalho será comum dentro do estabelecimento, sem levar em conta as aptidões ou ocupações anteriores.
- d) o condenado a pena superior a doze anos deverá começar a cumprir a pena no regime fechado.

**RESPOSTA:** A . Pois esta em conformidade com o artigo 34, §1º, do Código Penal.

**352) Aponte a incorreta.**

- a) o regime aberto baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade.
- b) o condenado no regime semi aberto fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.
- c) o trabalho externo é admissível, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.
- d) o condenado deverá, dentro do estabelecimento e com vigilância, trabalhar, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga.

**RESPOSTA:** D, pois tal alternativa está em desacordo com o artigo 36, §1º, do Código Penal, pois tal dispositivo prevê que o condenado deve fora do estabelecimento penal e sem vigilância exercer trabalho, estudo ou qualquer atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga.

**353) Não são penas restritivas de direitos.**

- a) prestação pecuniária.
- b) perda de bens e valores
- c) prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.
- d) multa

**RESPOSTA:** D. Pois a pena de multa é pena principal, sendo prevista no próprio artigo quando previsto o crime.

**354) Sobre as penas restritivas de direitos aponte a incorreta.**

- a) são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando é aplicada ao agente a pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, excluindo os crimes culposos.
- b) são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando o réu não for reincidente em regime doloso.
- c) são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando os antecedentes a personalidade do agente indicarem que esta substituição seja suficiente.
- d) na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos.

**RESPOSTA:** A, pois está em desconformidade com o artigo 44, I, do Código Penal, pois as penas restritivas de direitos podem, sim, serem aplicadas aos crimes culposos, não importando qual pena seja aplicada.

**355) Sobre a pena de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas assinale a alternativa correta.**

- a) a prestação de serviço à comunidade somente se dará em entidades assistenciais.
- b) a prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas consiste na atribuição de tarefas remuneradas ao condenado.
- c) é aplicável às condenações superiores a seis meses de privação da liberdade.
- d) as tarefas gratuitas ao condenado serão atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas à razão de oito horas de tarefa por dia de condenação.

**RESPOSTA:** C, pois está em conformidade com o artigo 46, caput, do Código Penal.

**356) Não são penas de interdição temporária de direitos.**

- a) proibição de freqüentar determinados lugares.
- b) cassação de autorização ou de habilitação para dirigir veículo.
- c) proibição do exercício de cargo público, bem como de mandato eletivo.
- d) proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público.

**RESPOSTA:** B. Conforme dispõe o artigo 47, III, do Código Penal, a pena é a suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo e não a sua cassação.

**357) Não são circunstâncias agravantes**

- a) a premeditação.
- b) a reincidência.
- c) ter o agente cometido o crime contra criança, maior de sessenta anos, enfermo ou mulher grávida.
- d) em estado de embriaguez preordenada.

**RESPOSTA:** A. Pois a premeditação não é prevista na listagem do artigo 61 do Código Penal.

**358) Não são circunstâncias atenuantes.**

- a) ser o agente menor de vinte e um anos na data do fato criminoso ou maior de sessenta anos na data da sentença.
- b) o desconhecimento da lei pelo agente.
- c) ter o agente cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral.
- d) ter o agente confessado espontaneamente perante a autoridade, a autoria do crime.

**RESPOSTA:** A. Tal assertiva é incorreta pois de acordo com o artigo 65, I, do Código Penal, a atenuante é para pessoas que possuem setenta anos ou mais na data da sentença e não como constou, sessenta anos.

**359) Sobre o crime de homicídio, previsto no artigo 121, do Código Penal, assinale a alternativa incorreta**

- a) se o agente comete o crime de homicídio impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima (do homicídio), o juiz pode perdoar o agente de pena.
- b) é considerado homicídio qualificado se o agente comete o crime mediante paga (dinheiro).
- c) é considerado homicídio qualificado se o agente comete o crime por motivo fútil (aquele motivo desproporcional).
- d) no homicídio culposo a pena do agente é aumentada em um terço se o crime resultar de inobservância de regra técnica de atividade profissional, ou se o agente deixa de prestar socorro imediato à vítima ou ainda, não procura diminuir as consequências de seu ato, ou foge para fugir da prisão em flagrante.

**RESPOSTA:** A. Pois tal assertiva não está de acordo com o artigo 121, §1º, do Código Penal, sendo tal hipótese chamada HOMICÍDIO PRIVILEGIADO. Relevante valor social é o motivo que é relacionado à toda sociedade, exemplo corrupção na política. Relevante valor moral é aquele motivo que diz respeito somente ao agente do crime, por exemplo, matar o estuprador da sua filha. Sob domínio de violenta emoção logo após a injusta provocação da vítima é aquela situação em que o agente fica completamente dominado e NÃO SOB INFLUENCIA. Violenta emoção pode ser, por exemplo, o flagrante de adultério no cônjuge ou companheiro.

**360) Ainda sobre o crime de homicídio, aponte a correta.**

- a) na hipótese de homicídio culposo ou doloso, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências do crime atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- b) Se o homicídio for doloso ou culposo a pena é aumentada de um terço se o crime é praticado contra pessoa menor de quatorze anos ou maior de sessenta anos.
- c) o homicídio é qualificado se o agente comete o crime com emprego de veneno.
- d) o homicídio é qualificado se o agente comete o crime de forma premeditada.

**RESPOSTA:** C, pois está em conformidade com o artigo 121, §2, III, do Código Penal.

A alternativa A é errada pois este instituto não atinge o homicídio doloso, somente o culposo. Nesse caso, homicídio culposo, o juiz pode deixar de aplicar a pena se o agente já foi punido, tendo recebido as consequências do crime, no aspecto material ou psicológico. Exemplos: o agente que provoca acidente de veículo onde vitimou o seu filho de forma fatal, tal agente já perdeu um ente querido e já está sofrendo gravemente, no aspecto psicológico. No outro caso, em caso do mesmo acidente do veículo, o outro motorista sofreu ferimentos fatais e o nosso agente sofre seqüelas físicas, ficando, por exemplo, paraplégico.

A alternativa B é errada pois somente o homicídio doloso tem a pena aumentada em razão da idade da vítima.

Já a alternativa D é errada pois a premeditação não é prevista como qualificadora.